

matéria não foi julgada, sendo retirada da ordem do dia. Foi aprovado o telegrama ao Presidente da República, de congratulações pela passagem de seu aniversário natalício, com encaminhamento a Câmara de Vereadores da proposta de Aterramento do Estado. Quisram usar da palavra os Vereadores Wilson Mendes, Newton Novellino e Jorguel Aguiar e termino favoravelmente por se tratar de medida justa; o segundo fala em favor da palavra do líder do governo, declarando que, as declarações feitas tiveram todo o efeito da proposição, finalizando sugeriu a retirada da proposta; o último pediu a retirada para começar que sua intenção foi não interferir na palavra do líder do governo e declarou que enviaria sua mensagem individual, na qualidade de Vereador, pedindo aos demais Vereadores que agissem do mesmo modo. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, lavrou-se o presente ato, que depois de lido e aprovado, será assinada na forma legal.

Jandyr Abreu Bravo

Ata da reunião extraordinária, realizada pela Câmara Municipal de São João, no dia 16 de Setembro de 1960.

Por deservir dias do mês de Setembro de mil novecentos e sessenta, reuniu-se a Câmara Municipal de São João, sob a Presidência do Vereador Jandyr Abreu Bravo e com a presença dos seguintes Vereadores: Jorguel Aguiar de Aguiar, José Augusto Lattes Lima, Francisco Ribim de Almeida, Felis Pinto Novellino, Wilson da Silva Mendes, Newton Novellino, e Manoel Sestras. Havendo lido o número legal o Senhor Presidente iniciou os trabalhos, determinando a leitura da ata da reunião anterior, o que foi feito, tendo sido a mesma aprovada. Não havendo qualquer papel para ser lido no expediente o Presidente propôs a supressão da hora do Expediente, a fim de que fosse retomada a aprovação da matéria constante da Ordem do Dia. O Vereador Francisco Ribim de Almeida pediu a palavra para declarar-se contrário a medida proposta; neste ponto, atendendo apelo da Presidência, fez um ligeiro resumo do que pretendia falar, protestando contra a falta de iluminação na Vila Nova, o que vem proporcionando oportunidade para a ação dos ladrões, que tem agido sem qualquer providências por parte das autoridades. Aprovada a proposta da Presidência, passou-se a Ordem do Dia, tendo solicitado a palavra o Vereador Jorguel Aguiar para inicialmente declarar-se contra a inexistência da hora do expediente; em seguida fez uma análise sobre a tramitação do projeto nº 10 que altera o Código Tributário, introduzindo o imposto que incidirá sobre a barrilha e os produtos derivados da baleia, durante a análise da questão declarou que era favorável a introdução do produto derivado da baleia, da maneira que estava proposta, contudo, com relação a barrilha, disse que tinha um ponto de vista que precisava ser exposto aos demais Vereadores, razão pela qual solicitou vista na matéria, em face ainda da escuridão do tempo de que dispunha

distribuir para falar no encaminhamento da votação. Deferiu pela Presidência, o pedido de vista, a reunião foi encerrada, lavrando-se a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada na forma legal.

Handry Aher Branco

Ata de reunião ordinária, realizada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, no dia 23 de Novembro de 1960.

Em vinte e três dias do mês de Novembro de mil novecentos e sessenta, reuniu-se a Câmara Municipal de Belo Horizonte, sob a Presidência do Vereador Handry Aher Branco e com a presença dos seguintes Vereadores: Joaquim Nogueira de Aguiar, José Afonso Salla Lima, Manoel Antunes, Antonio de Macedo Bastos, Pedro Corrêa de Sá, Leoy Gomes da Costa, Wilson da Silva Mendes, Jorge de Paula e Silva e Newton Novellino Pereira. Havendo número legal, foi iniciada a reunião procedendo-se à leitura da ata da reunião anterior, tendo sido aprovada. Em seguida foi lido e especificamente que consta do seguinte: Ofício nº 233, do Poder Executivo, acerca de um projeto que estabeleça normas para a cobrança de taxa de iluminação; Ofício nº 232, do Poder Executivo, solicitando abertura de crédito no valor de R\$ 727.100,00; Ofício da Escola Nacional de Agronomia, oferecendo técnicos para trabalhos agrícolas, mediante contrato; Projeto de autoria do Vereador Handry Aher Branco, conferindo o título de Cidadão Belo Horizonte ao Senhor Paulo de Moraes Berte. Traçando-se a palavra, fizeram uso da mesma os seguintes Vereadores: Newton Novellino Pereira, para endossar pedido de preferência para a votação do orçamento; declarou que não reconhece a necessidade de aprovação da proposta orçamentária, pois não há urgência, inclusive a urgência em tramitação pelas Comissões. Pedro Corrêa de Sá, para dizer que não concorda com a urgência, embora não tenha em mente dificultar a aprovação, declarou que não conhece a matéria e gostaria de fazer algumas perguntas. José Afonso Salla Lima, para fazer envio de telegrama à Família Escrivão, pelo falecimento de sua mãe; fez considerações sobre a instalação do SAMDU em Belo Horizonte, propondo telegramas de congratulações com o Deputado do Bragança Cunha e com o Senhor João Pereira, Deputado Regional do Paraná, finalizando, declarou-se contrário ao regime de urgência para a votação do orçamento. Wilson da Silva Mendes, para dizer que ainda não possui parecer sobre o projeto de reforma do Código Tributário, por que entende que toda a Câmara deve participar da análise; disse ainda sobre o mesmo assunto, que a Comissão de Impostos e Posturas está pronta para aceitar sugestões dos demais Vereadores; sobre o requerimento de urgência, afirmou que tratava apenas de lembrar a Comissão Executiva, por intermédio de um requerimento a preferência estabelecida em lei, para a votação do orçamento; afirmou ainda que dentro de sessenta dias haverá alguma mudança na Praia de Lacerda; finalizando, solicitou a retirada do requerimento de preferência. Não houve mais quem quisesse fazer uso da palavra, passou-se à Ordem do Dia, que consta do seguinte: aprovada em primeira discussão, do projeto nº 89, que cria o Serviço Municipal